

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ESCOLA MODERNA: A EXPERIÊNCIA INOVADORA DE BRASÍLIA

Eva Waisros Pereira (UnB)

Introdução

No início do ano de 1960, vivia-se a expectativa da mudança da capital do País, que, sediada há quase dois séculos no Rio de Janeiro, por decisão política do governo brasileiro, estava prestes a transferir-se para o planalto central. Concretizar-se-ia, assim, uma das metas do programa nacional-desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, visando à interiorização do País.

Em face da proximidade da inauguração, tornava-se tarefa urgente planejar a implantação de um sistema público de ensino que atendesse às demandas educacionais que adviriam da transferência da capital. Essa incumbência coube ao educador Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que deu origem ao documento intitulado “Plano de Construções Escolares de Brasília”¹, cujo propósito era o de “oferecer à Nação um conjunto de escolas que pudessem constituir-se exemplo e demonstração para o sistema educacional do País” (Teixeira, 1961:195).

Anísio Teixeira retomou, nesse plano, a experiência de uma educação integral, nos moldes da que implantara, nos anos 50, em Salvador, Bahia. Assim, propôs o funcionamento de Centros de Educação Elementar, integrados por Jardim de Infância, Escolas-classe e Escola-parque, que seriam construídas nas superquadras, onde se encontravam os edifícios em que os alunos residiam. O atendimento aos estudantes do ensino secundário far-se-ia em Centros de Educação Média, a serem construídos em áreas próprias, já previstas no plano urbanístico da nova Capital. Esses Centros se constituiriam de um conjunto de edifícios e locais adequados para o desenvolvimento de um programa diversificado, à semelhança de “verdadeiros conjuntos universitários” (Teixeira, 1962: 27)².

Dentro dessa estrutura, previa-se o funcionamento do curso normal como parte integrante do Centro de Educação Média. A pretensão era reunir, num único Centro, todos os cursos de nível médio, a fim de permitir maior sociabilidade aos jovens, de 11 a 18 anos, de forma

¹ Ver, Anísio Teixeira. *Plano de Construções Escolares de Brasília*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos n. 81, volume 35, jan/mar, 1961, p.195-199.

² O “Plano de Construções Escolares de Brasília” trata do sistema educacional na sua totalidade. Contempla, também, o ensino superior, que se desenvolveria mediante a criação da Universidade de Brasília.

que, embora freqüentando classes diferentes, pudessem desenvolver atividades comuns na biblioteca, na piscina, nos campos de esporte, nos grêmios, no refeitório (Kubitschek, 2000: 141). Consoante o planejamento da educação média, além do curso ginásial, estariam ainda reunidos, em cada Centro, os diversos cursos do segundo ciclo: clássico, científico, técnico-comercial, técnico-industrial e normal, que deveriam funcionar como unidades independentes, de modo que cada qual mantivesse sua fisionomia própria (idem: 143).

Com o propósito de assegurar pleno atendimento escolar na futura Capital, instituiu-se, em 1959, a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB)³, junto ao Ministério da Educação, para encarregar-se das medidas necessárias à montagem do sistema de ensino.

A implantação do curso normal no CASEB

Os preparativos que antecederam a inauguração do curso normal, assim como dos demais cursos de nível médio, constituíram-se árdua tarefa. O compromisso assumido pelo Presidente da República, perante Deputados e Senadores, de que haveria escola para todos os jovens que seriam transferidos tornara imperativo o início das aulas no mês de maio de 1960. Ocorre, porém, que o conjunto de edifícios destinados ao Centro de Educação Média, desde então chamado “Elefante Branco”⁴, encontrava-se ainda em construção e, em face do volume das obras, não estaria concluído por ocasião da transferência da Capital. Era o mês de fevereiro e a obra encontrava-se com a estrutura ainda pela metade.

A solução do problema demandava providências urgentes. Por decisão do Ministro da Educação, Clóvis Salgado, delegou-se à CASEB a responsabilidade de conduzir a construção de um novo edifício para abrigar, ainda que em caráter provisório, os cursos ginásial, colegial e normal. Faltavam apenas sessenta e quatro dias para o início das aulas. No dia 15 de maio de 1960, o edifício escolar estava concluído (Hildebrand, 1990: 7). Implantou-se, assim, o primeiro Centro de Ensino Médio, que passou a denominar-se CASEB, em homenagem aos seus organizadores. Como o prédio não comportava todos os

³ A Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), instituída pelo Decreto Presidencial n. 47.472, de 22 de novembro de 1959, era integrada pelos diretores do Ministério da Educação e representante da NOVACAP, órgão responsável pela construção de Brasília. A sua atuação estendeu-se até o início de 1961, quando foi criada a Fundação Educacional do Distrito Federal, que assumiu a responsabilidade pela administração do ensino.

⁴ “Elefante Branco” foi um apelido que os professores deram ao edifício destinado ao ensino médio, cujas “enormes pilastras assentadas no chão lembravam um elefante”, que, segundo diziam, “nunca ficava pronto”...

cursos previstos para funcionar no Centro, os cursos científico e clássico foram instalados num pavilhão de madeira construído próximo ao “Elefante Branco”.

O Curso Normal iniciou-se, portanto, no CASEB. No dia 19 de maio, foi proferida a Aula Inaugural pelo Presidente Juscelino Kubitschek, cujas palavras mostraram a importância de que se revestia aquela inauguração:

Nenhum acontecimento é mais auspicioso para esta cidade, depois de sua fundação, do que o ato que aqui nos reúne para oferecer à juventude os quatro cursos completos deste primeiro Centro de Educação Média, ponto de partida do vasto programa com que o Governo da República atenderá aos problemas da cultura da Capital do País (DF/SE, 1990¹: 11)

A quantidade de alunas previstas para a área de magistério justificava a imediata abertura do Curso Normal. Assim, ainda em 1960, foram constituídas três turmas: 1º ano normal, com 37 alunas; 2º ano normal, com 18 alunas e 3º ano normal, com 09 alunas, totalizando 64 estudantes. Duas características podem ser observadas na composição das turmas: a) a ausência de alunos do sexo masculino; b) a origem social das normalistas, majoritariamente oriundas de famílias de classe média e média alta. Nesse sentido, cabe mencionar que, entre as nove alunas formandas, cinco eram filhas de deputados federais.

A permanência das normalistas na escola em horário integral, nos dois turnos, ensejava a relação com os colegas dos demais cursos, com os quais participavam das atividades escolares comuns, dos clubes, dos eventos sócio-culturais, etc. Ressalte-se, que, por iniciativa dos estudantes, foi criado, na CASEB, o Grêmio Estudantil JK, cuja primeira gestão foi presidida por uma aluna do Curso Normal.

Os professores pioneiros

O quadro de docentes do Curso Normal era de elevado nível cultural e pedagógico. Recrutados em todo o território nacional, mediante processo de seleção de âmbito nacional promovido pela CASEB, os professores que vieram para Brasília possuíam, de modo geral, sólida formação intelectual e profissional, além de revelarem certas características pessoais que os distinguiam, como espírito aventureiro, abertura para inovações, disposição para a mudança. A decisão de vir para Brasília exercer o magistério era, para muitos professores pioneiros, um ato de consciência sobre as possibilidades de inovar em matéria de educação.

(...) a motivação principal (da minha vinda) foi o fato de ser uma cidade nova, de que o ensino estaria completamente em aberto para a experimentação (...). A idéia principal era essa, é de que a gente poderia, realmente, começar um ensino sem as amarras e tentando dar uma proposta nova, (o ensino) embutido todo dentro da idéia de Brasília, que era alguma coisa em construção. Você estaria ajudando a construir um sistema novo. (Entrevista de Renée Simas, de 07.11.89)

Entre os quase mil e quinhentos professores inscritos para a seleção, trezentos foram logo eliminados. A preferência era para aqueles que pudessem ser mais facilmente trabalhados para o ensino em uma escola moderna, adequada às necessidades e à vida do País.

Nosso desejo é que se formasse um espírito novo, consciência pedagógica, uma equipe que viesse fazer obra nova em Brasília. Tal apelo sensibilizou muitos dos candidatos, meus amigos ainda hoje, pessoas que deixaram posições boas nos seus Estados e vieram para a nova jornada, nova experiência, nova ação no campo do ensino, como grandes idealistas. (Depoimento de Armando Hildebrand, de 18.07.1963)

Aos candidatos ao magistério na nova Capital foram oferecidas condições atraentes, como passagem para toda a família, ajuda de custo para instalação em Brasília, direito a residência mediante pagamento de aluguel modesto, percepção de salário mensal bastante superior ao percebido nas demais capitais, garantia de educação gratuita para os filhos menores, etc. Não obstante, a opção por Brasília representava uma decisão corajosa, já que implicava a saída dos professores dos locais de origem, dificuldade principalmente sentida pelos que residiam nas grandes capitais e que, assim, viam-se compelidos a abandonar o conforto e as oportunidades de lazer que as cidades já estruturadas ofereciam, sem contar o fato de terem de afastar-se de familiares e amigos, para viver na nova Capital, uma cidade diferente e em condições precárias, onde tudo ainda estava começando. Apenas algumas superquadras construídas, poucos blocos de edifícios residenciais, vida social e cultural praticamente inexistentes, ausência de transporte coletivo, pouco asfalto e calçamento.

Com o propósito de sensibilizar e preparar a equipe que viria construir a nova educação em Brasília, a CASEB promoveu, durante quinze dias, um estágio obrigatório para os candidatos aprovados para o ensino médio. Expositores renomados, como Anísio Teixeira, Adauto Oliveira e outros, debateram com os docentes a doutrina e o sentido que regeriam a educação de Brasília. Na ocasião, foram elaborados os currículos, discutidas as correlações das matérias e esquematizados planos de algumas aulas. O estágio, iniciado no Rio de Janeiro, teve continuidade em Brasília, para onde vieram os professores antes de iniciadas

as aulas. Às vésperas da inauguração do CASEB a situação era caótica: havia entulhos impedindo as entradas, as salas estavam sujas, as carteiras por desencaixotar, o jardim por fazer, situação essa ainda agravada por intensa chuva, que provocou uma enxurrada de lama no pátio do colégio. Como no dia seguinte haveria a Aula Inaugural, e os encarregados da limpeza não compareceram⁵, os professores, movidos pelo entusiasmo e espírito de solidariedade que marcaram a fase de instalação do sistema educacional de Brasília, organizaram-se em mutirão e atravessaram a noite limpando e arrumando a escola, com “muito ânimo e entusiasmo”, para receber os alunos.

Importante assinalar que o chamado grupo de professores de 60 era composto por pessoas ainda jovens, já que se estabelecera limite de idade de 40 anos para a inscrição dos candidatos e poucos atingiam essa faixa etária. Tal fato, sem dúvida, contribuiu para a adaptação ativa dos docentes à nova situação, numa dinâmica em que a atuação profissional se entrelaçava com as suas histórias de vida.

O currículo escolar e o seu desenvolvimento

O curso normal implantado no CASEB colocava-se nitidamente como um curso de formação profissional. Tratava-se da formação especializada de um profissional – o professor do ensino primário –, que deveria ter o domínio dos conhecimentos teóricos e dos processos modernos requeridos para o exercício da profissão.

Com base nesse raciocínio, o currículo estruturou-se com um núcleo de disciplinas obrigatórias, que compreendia: a) disciplinas de cultura geral, comuns aos outros cursos de nível médio: Língua Pátria (nas três séries), Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais, Atualidade Brasileira; b) disciplinas teóricas, de caráter instrumental: Introdução à Educação, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, História e Filosofia da Educação; c) disciplinas de caráter profissionalizante: Didática Geral, Didática da Matemática, Didática da Linguagem, Didática dos Estudos Sociais, Didática das Ciências Naturais, Preparação de Material Didático e Prática de Ensino.

Além das disciplinas obrigatórias, havia ainda possibilidade de serem oferecidas disciplinas optativas e práticas educativas. Assim, o estabelecimento poderia escolher uma ou duas disciplinas optativas, para compor o seu currículo, entre elas: Língua Estrangeira Moderna, Direito Usual, Desenho, Datilografia, Biblioteconomia, História da Arte, ou

⁵ A ausência dos trabalhadores foi causada por boatos surgidos às vésperas da mudança da Capital. “Corria a notícia de que Brasília seria bombardeada pela FAB, com auxílio da UDN e invasão dos índios...” (Depoimento de Armando Hildebrand, de 18/07/1973).

outra considerada de interesse para a formação de professores do ensino elementar. Em relação às práticas educativas, com exceção da Educação Física, que era obrigatória, eram recomendadas para o curso normal: Recreação e Jogos, Música na Escola Primária, Arte Infantil e Educação Visual. Registre-se, ainda, que o Ensino Religioso era disciplina de matrícula facultativa⁶.

Os professores organizaram-se em equipes, por áreas do conhecimento, sendo cada uma delas coordenada por um colega escolhido entre os pares. As equipes reuniam-se, semanalmente, para o planejamento das atividades pedagógicas, discussão de textos e troca de experiências, ocasião em que cada qual buscava transmitir a sua vivência no trabalho realizado nos seus Estados. Ainda em 1960, o Serviço de Orientação Educacional foi organizado pela psicóloga Mariana Alvim, cuja atuação, junto aos professores e alunos, constituiu-se em ponto de apoio significativo na condução do trabalho pedagógico.

No início, não havia nada definido, as equipes tiveram de construir os programas e decidir sobre métodos e processos de ensino. Enquanto alguns professores se ressentiam da ausência de diretrizes, outros gozavam dessa liberdade para experimentar e introduzir inovações. Por vezes, as contradições surgiam no interior de uma mesma equipe. Assim, conforme argumenta a Professora Renée Simas,

(...) enquanto uns queriam experimentar, os outros, na realidade, não estavam tão dispostos, porque toda experimentação te obriga a um estudo, a uma pesquisa e há dificuldades, não é? (Entrevista concedida em 07/11/89)

Merece especial destaque o fato de alunas e professores cumprirem horário em tempo integral, ou seja, disporem de oito horas diárias para trabalho e estudos. Além das aulas, a carga horária dos professores previa tempo para o planejamento pedagógico, elaboração de material didático, orientação escolar às alunas e aperfeiçoamento profissional. Coerente com a proposta pedagógica, as atividades educacionais transcendiam a sala de aula, para ocupar tempo e espaço nos diferentes ambientes, como clubes de interesse, quadras de esporte, biblioteca, etc.

A mudança para o CEMEB

Em 1961, concluído o prédio escolar do Centro de Ensino Médio Elefante Branco (CEMEB), os cursos do 2º ciclo foram para lá transferidos. Apenas o curso ginásial permaneceu no CASEB. Passaram a funcionar, inicialmente, no CEMEB os cursos normal,

⁶ Ver, Indicação n. 08/64 - CEDF. Expede normas para a organização do ensino médio no Distrito Federal.

de contabilidade e de eletrônica, e, por falta de espaço físico, os cursos clássico e científico foram instalados num pavilhão de madeira, construído ao lado do “Elefante Branco”, onde funcionaram durante todo o ano letivo.

Em consonância com a proposta educacional de Anísio Teixeira, pensava-se a organização do Centro de Ensino Médio Elefante Branco nos termos de uma universidade. Em decorrência, criou-se um novo modelo de estrutura administrativa no CEMEB, compreendendo: a) uma Direção geral e um Coordenador para cada curso, que formavam uma Direção Colegiada; b) um Conselho, integrado por diretores, coordenadores e representação estudantil. c) Departamentos especializados, congregando professores de uma mesma área ou de áreas afins para o planejamento das atividades pedagógicas e aperfeiçoamento profissional. Em cada Departamento era designado um professor para exercer a chefia e coordenar os trabalhos.

Os Departamentos serviam a todos os cursos. Cabia, porém, aos professores, adequar a matéria aos objetivos de cada curso. Essa definição era tomada mediante entendimentos com os Coordenadores, responsáveis pela integração do plano de trabalho dos respectivos cursos. Foram constituídos os seguintes Departamentos: de Línguas, de Matemática e Física, de Ciências, de Estudos Sociais, de Música, de Comunicação de Áudio-Visual e Teatro, entre outros, como o Departamento de Psicopedagogia, formado por professores do Curso Normal, especialmente pelos da área de Fundamentos da Educação, que assumiu a responsabilidade pela orientação didática do CEMEB.

O Curso Normal funcionou no CEMEB por praticamente dez anos (1961 – 1969), participando das decisões, compartilhando as experiências coletivas e cooperando com as diferentes equipes docentes. Era freqüente a participação dos professores em seminários e cursos voltados para o seu aperfeiçoamento cultural e técnico.

Após a mudança para o CEMEB, foi criada, junto ao curso normal, a Escola de Aplicação de Brasília, onde as normalistas poderiam observar aulas e iniciar a prática de magistério. A prática de ensino, inicialmente exercida somente nas escolas- classe, adquiria, assim, novas possibilidades de desenvolvimento. Em 1962, a Escola de Aplicação foi instalada no pavilhão de madeira, ao lado do “Elefante Branco”, onde haviam funcionado os cursos clássico e científico do CEMEB, local chamado pelos professores de Sibéria “por ser palco de ventos gelados”.

Dadas as suas instalações modestas, logo a alcunharam de “Escolinha” de Aplicação. Eram, então, seis turmas, de vinte e cinco crianças, da 1ª à 5ª séries do ensino primário.

Tendo em vista o propósito de que a referida unidade escolar se constituísse em uma Escola de Demonstração, a escolha da equipe docente tornava-se tarefa primordial.

Na visão da Professora Ana Bernardes, primeira diretora da Escola de Aplicação, não se poderia afirmar que a escola propusesse trabalho fácil. A razão estava na novidade da proposta educacional de Brasília, que previa a escola primária de tempo integral. Assim,

o primeiro conjunto educacional estava em funcionamento e se tornava necessário que professores e alunos aprendessem juntos, no Curso Normal, a trabalhar aquela proposta (1990:47).

Em 1967, a Escola de Aplicação transferiu-se para o CEMEB, onde permaneceu funcionando, junto ao Curso Normal, até o final de 1969, já, então, com 14 turmas. A “Escolinha” de madeira fora derrubada para, no mesmo local, ser construída a nova Escola Normal de Brasília.

Afinal, a Escola Normal de Brasília

Em 1970, o Curso Normal foi transferido para a sede definitiva: a Escola Normal de Brasília (ENB). O ato de inauguração, em 29 de outubro de 1969, iniciou uma nova fase do curso de formação de professores, configurando-se como marco de sua consolidação.

A Escola Normal de Brasília se estabeleceu numa área de dezoito mil metros quadrados. A área construída era de doze mil metros quadrados. Concebida para atender mil alunos, a escola possuía 137 dependências, entre as quais 16 salas de aula para o Curso Normal, 10 salas de aula para a Escola de Aplicação, 6 salas para o Jardim de Infância, 4 salas para o Maternal, além de uma creche, auditório para 500 pessoas, biblioteca e gabinete médico-dentário e 20 jardins.

No projeto da Escola Normal de Brasília foram idealizadas quatro unidades, à semelhança da escola de Dewey, em Chicago, para funcionar como centros permanentes de pesquisa e experimentação pedagógica. Assim, ter-se-ia: a 1ª unidade – escola primária; a 2ª unidade – jardim de infância; a 3ª unidade - creche e a 4ª unidade – curso normal. O intuito era tornar essas unidades fonte de aprendizagem viva para os futuros professores.

Tendo em vista o ideário pedagógico que norteou a edificação do prédio escolar, foram introduzidas inovações nos diferentes espaços, desde as instalações sanitárias, as cantinas, as salas de repouso, os gabinetes médico-odontológicos, todos equipados dentro da boa técnica. O arquiteto Germano Galler, autor do projeto, conceitua a obra como

uma filosofia de educação levada ao prédio escolar como parte especial, importante, e imprescindível ao desenvolvimento de um currículo global” (1990: 22).

Na nova estrutura física, as atividades desenvolvidas pelo Curso Normal e Escola de Aplicação tiveram continuidade e foram ampliadas com a criação do Jardim de Infância e Escola Maternal. Registre-se, porém, que a creche nunca chegou a funcionar.

Em todas as instâncias, o trabalho pedagógico realizou-se de forma eficiente, para o que contribuiu não apenas a manutenção do horário em tempo integral, como também as condições oferecidas pela estrutura física da escola, com as suas salas de aula amplas e arejadas, construídas e equipadas de acordo com padrões técnicos orientados pela didática moderna, além dos múltiplos espaços destinados às práticas educativas. A escola dispunha, ainda, de uma variedade de recursos tecnológicos, como livros atualizados, vídeos, filmes, e outros materiais audio-visuais, para ser utilizados por professores e normalistas.

O estágio das normalistas desenvolvia-se ao longo do curso, mediante as seguintes etapas: Observação (1º ano), Participação (2º ano) e Regência (3º ano). As professorandas recebiam orientação dos professores-orientadores para a regência e eram acompanhadas por eles nas salas de aula da Escola de Aplicação ou de outra unidade do sistema de ensino indicada para o estágio.

Na Escola de Aplicação eram ministradas aulas experimentais pelas professoras-regentes, como demonstração para as normalistas. Essas aulas, em geral, versavam sobre assuntos que estavam sendo trabalhados em sala de aula pelos professores das didáticas específicas. As atividades curriculares eram globalizadas e se desenvolviam, de forma integrada, em unidades de trabalho. No Jardim de Infância, adotou-se procedimento metodológico similar, chamado Unidades Vivenciadas, que consistia no desenvolvimento de ações centradas em interesses determinados pelas próprias crianças.

A interrupção do sonho...

Brasília funcionava como caixa de ressonância da situação conjuntural, que provocava instabilidade política e aguçava os problemas sociais. A crise educacional também se agravava. Com o aumento populacional e o conseqüente aumento da demanda por matrículas nas escolas públicas e as dificuldades de contratação de professores que se dava por falta de recursos, por falta de moradia ou por outras razões, os docentes em exercício passaram a ministrar 18, 20 ou 25 aulas para cobrir as lacunas, o que, na prática,

comprometeu a proposta original. Em decorrência, nos anos 1962 e 1963, houve várias greves realizadas sob a liderança da Associação dos Professores. A crise educacional teve repercussão na Câmara dos Deputados, que acabou por instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no sistema de ensino de Brasília⁷.

Consoante entrevista gravada em 03/06/90, o Professor Fábio Vieira Bruno, então Presidente da Associação dos Professores, relata que, em outubro de 1963, o Secretário da Educação Alfredo Pujol adotou medida administrativa que facultava aos professores a opção por 20 horas semanais de trabalho, com o mesmo salário e possibilidade de ganhar o dobro, caso optassem pela jornada de 40 horas semanais. Essa medida, embora agradasse aos professores⁸, extinguiu o horário integral nos moldes em que fora concebido.

Por se tratar de uma escola de formação de professores, a Escola Normal de Brasília não foi atingida, de imediato, em seu funcionamento, o que somente veio a ocorrer em 1975, quando a administração central do sistema de ensino, no intuito de diminuir gastos, deliberou pela redução de tempo para um único turno, bem como introduziu modificações curriculares, sob a égide da Lei 5692/71, de nítida influência tecnicista. O número de alunos atingiu patamar elevado, a ponto de tornar-se necessária a realização de provas classificatórias para ingresso. Com a expansão da rede privada, modificava-se gradativamente a composição social do alunado da Escola Normal, mediante o ingresso cada vez maior de filhos de trabalhadores. Em relação aos docentes, a permanência do contrato de trabalho de 40 horas semanais implicou a duplicação do número de aulas ministradas. Tais medidas levaram ao desvirtuamento da proposta inicial e à descaracterização do curso de magistério.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Câmara dos Deputados (1963). Resolução n. 9, de 15 de maio de 1963. Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito destina a apurar irregularidades no sistema educacional de Brasília.

BRASIL. Câmara dos Deputados. (1964) Projeto de Resolução n. 53, de 05 de fevereiro de 1964. Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no sistema educacional de Brasília.

⁷ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada pela Resolução nº 9 – C.D., de 15 de maio de 1963.

⁸ É importante ressaltar que, apesar dos benefícios salariais que, de imediato, adviriam da mudança do regime de trabalho, a adoção da medida governamental foi rejeitada pela Associação dos Professores do Distrito Federal, que defendia a manutenção do horário integral até então vigente.

BRUNO, Fábio Vieira (1990). Entrevista de 03/06/90. Entrevistadores: Wanda Cozetti Marinho, Manoel Luiz Oliveira e Joanina Daher. Brasília. Projeto Memória de Educação no Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria da Educação. (1964). Indicação nº.08 - CEDF. Expediente normas para a organização do ensino médio no Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. (1990)¹. *Boletim Histórico – CASEB 1960*. SOUZA, Ecilda Ramos de. (org.), mimeo.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. (1990)². *30 anos do Curso de Magistério em Brasília – 1969-1990*. RAMOS, Cosete. (org.). mimeo.

GALLER, Germano. (1990). DF/SE. *30 anos do Curso de Magistério em Brasília – 1969-1990*. RAMOS, Cosete. (org.). mimeo, p. 22.

HILDEBRAND, Armando. (1963). Depoimento de 18.07.1963. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no sistema educacional de Brasília. Projeto de Resolução n.53 C. D. – 1964.

_____. (1990) Depoimento. DF/SE. *Boletim Histórico – CASEB 1960*. SOUZA, Ecilda Ramos de (org.), mimeo, p. 03-04.

KUBITSCHKEK, Juscelino. (2000). *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. (Coleção Brasil 500 anos)

_____. (1960). Aula Inaugural do CASEB, em 19/05/1960. DF/SE. *Boletim Histórico – CASEB 1960*. SOUZA, Ecilda Ramos de. (org.), mimeo, p. 11.

ROCHA, Ana Bernardes da Silveira (1990). Depoimento. DF/SE. *30 anos do Curso de Magistério em Brasília – 1969-1990*. RAMOS, Cosete. (org.), mimeo, p. 46-47.

SIMAS, Renée. (1989). Entrevista de 07/11/89. Entrevistadores: Vanda Cozetti e Vera Catalão. Brasília. Projeto Memória de Educação no Distrito Federal.

TEIXEIRA, Anísio. (1961). Plano de Construções Escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 35 (81): 195-199, jan./mar.

_____. (1962) Uma experiência de educação integral no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 38 (87): 21-33, jul./set.